

# CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.  
E se mais mundo houvera, lá chegara.  
CAMÕES, e, VII e 14.

**Diretor Presidente**  
Paulo Cabral de Araújo

**Diretor Vice-Presidente**  
Ari Cunha

**Diretor Gerente**  
Evaristo de Oliveira

**Diretor de Redação**  
Luiz Adolfo Pinheiro

**Diretor Técnico**  
Ari Lopes Cunha

**Diretor Comercial**  
Maurício Dinepi

## Pacto da Educação

Um dos problemas mais graves gerados pela inflação é seguramente o descompasso entre os ganhos salariais e a margem crescente dos encargos educacionais sobre os orçamentos domésticos. Enquanto de um lado as escolas promovem reajustes conforme os níveis de pressão sobre os custos, de outro reagem as famílias com indicações reais de que não podem suportar a expansão das mensalidades escolares. Trata-se de um conflito, a esta altura, por assim dizer histórico, em face do caráter crônico do processo inflacionário e do fracasso das políticas, repetidas à exaustão nas últimas décadas, para compatibilizar preços e salários.

Os efeitos erosivos do crescimento anormal dos valores econômicos atingem com particular ferocidade o equilíbrio familiar, na hipótese em exame, porque a educação não é gênero de despesa descartável sem produzir violento impacto sobre os direitos essenciais de cidadania. Alguém dirá que o Estado, constitucionalmente compelido a oferecer ensino gratuito, destina alternativa válida para aqueles contingentes de alunos cujos pais não podem pagar escola particular. Tem-se aí, porém, rigorosamente uma hipérbole, porque não há nada mais falso do que a idéia de um Estado apto a substituir, no Brasil, a escola privada, pelo menos agora.

Em primeiro lugar, a rede oficial não dispõe de vagas para atender ao universo populacional habilitado ao ensino. Depois, salvo exceções raras, dignas de registro, o ensino público resvalou aos

mais baixos índices de qualidade, à força de múltiplas disfunções e carências.

Diante de situação trabalhada por tantos fatores turbulentos e sujeita às mais ácidas controvérsias, a decisão de pais de alunos e dirigentes escolares de buscarem diretamente um acordo, a fim de deixar as mensalidades ainda a se vencerem este ano e as do próximo exercício, deve ser saudada por quantos desejam pacificar questão tão delicada e profundamente associada ao equilíbrio das relações sociais. Já chamado a participar do esforço conciliador, com certeza o Governo atuará apenas como observador e, no caso de ser concluído o pacto educacional, soleniza-lo-á com a chancela de uma fiança formal.

É indispensável abrir-se à mesa das negociações o maior espaço possível. Cabe aos interlocutores renunciar às prevenções, arquivar preconceitos e esquecer antigas demandas, a fim de que se encontre o consenso. Não se deve perder de vista que a intervenção do Governo, por meio de normas legais disciplinadoras dos reajustes, jamais construiu um denominador comum e, quase sempre, serviu apenas para ampliar as zonas de conflito, embora atuasse com o sentido posto no interesse social. As escolas privadas precisam sobreviver em padrões mínimos de eficiência e os pais de alunos necessitam ajustar os orçamentos familiares aos encargos da educação. São esses os parâmetros que devem nortear o comportamento das partes.